

Bolsas Na segunda-feira 	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias 121.964 122.937	Salário mínimo R\$ 1.100	Na segunda-feira R\$ 5,266 (▼ 0,09)	Dólar Últimas cotações (em R\$) 10/maio 5,232 11/maio 5,223 12/maio 5,205 13/maio 5,313 14/maio 5,271	Euro Comercial, venda na segunda-feira R\$ 6,401	Capital de giro Na segunda-feira 6,16%	CDB Prefixado 30 dias (ao ano) 3,58%	Inflação IPCA do IBGE (em %) Dezembro/2020 1,35 Janeiro/2021 0,25 Fevereiro/2021 0,86 Março/2021 0,93 Abril/2021 0,31
---	--	---	--	--	--	--	--	--

CONJUNTURA / Um em cada quatro brasileiros entre 15 e 29 anos não estuda nem trabalha. Situação dessa parcela da população ficou mais difícil com os impactos econômicos da covid. Especialista defende melhores programas de inclusão no mercado de trabalho

A calamidade dos “nem-nem”

» ROSANA HESSEL
» ALEXIA OLIVEIRA*

Os impactos econômicos da pandemia de covid-19 têm afetado ainda mais os jovens, grupo dos mais vulneráveis neste momento de crise. Um levantamento feito pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social) concluiu que a quantidade de pessoas entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham — os chamados “nem-nem” — continua em franca expansão. Chegou a bater recorde histórico, de 29,33%, no segundo trimestre do ano passado, o maior patamar da série iniciada em 2012.

Na segunda metade do ano passado, a faixa dos jovens “nem-nem” recuou, passando para 25,5%, no quarto trimestre de 2020, conforme o estudo do FGV Social. A porcentagem de nem-nem no fim de 2020 é superior aos 23,6% contabilizados no fim de 2019 e está próximo do pico anterior, de 26,3% registrado no fim de 2016.

Marcelo Neri, diretor do FGV Social e coordenador do estudo, atribui a tendência de alta à falta de políticas inclusivas de jovens entre 15 e 20 anos no mercado de trabalho. “Essa é a má notícia com a chegada da pandemia para os jovens, porque o mercado de trabalho ficou mais difícil. O maior problema do jovem continua sendo o desemprego, desde a recessão anterior, e foi agravado com a retração da economia no ano passado”, destacou.

De acordo com Neri, o Brasil tem cerca de 50 milhões de jovens entre 15 e 29 anos — e mais da metade dessas pessoas está desempregada. No fim de 2020, o percentual ficou em 56,3%, patamar abaixo do pico de 58,6% registrado no segundo e no terceiro trimestres de 2020. “O jovem que não consegue trabalhar acaba

não estudando também, e isso prejudica as chances de mobilidade social nessa camada da população”, alerta Neri.

O diretor do FGV Social afirma que, apesar do cenário desolador, um dado positivo no estudo é a queda da evasão escolar. Passou de 62,6%, em 2019, para 57,9%, em 2020 — o menor patamar da série histórica. “Isso mostra que pelo menos parte dos jovens acabou retomando os estudos, mas, infelizmente, não é um reflexo de melhoria na qualidade da educação”, comenta. “A combinação entre falta de oportunidades de inserção trabalhista com menor cobrança escolar, especialmente devido às aprovações automáticas, podem explicar a queda na evasão”, acrescenta o especialista. Na avaliação de Neri, é preciso aproveitar que há mais jovens nas escolas e promover inclusão digital e novos conteúdos educacionais remotos, não apenas durante a pandemia.

Contudo, o especialista reconhece que, além de recursos escassos para a educação, o governo não tem um bom programa focado na inserção dos jovens estudantes no mercado de trabalho. Uma das tentativas oficiais, o Carteira Verde Amarela, lançado no fim de 2019, não emplacou, lembra o diretor do FGV Social. “Os programas de inclusão social do governo não decolam e são abatidos no meio do caminho, como o Renda Cidadã, que só teve um balão de ensaio no ano passado e foi abatido no meio da pandemia”, lamentou. “Falta mais apoio do governo para a educação em geral”, frisa Marcelo Neri.

Procurado, o Ministério da Economia negou que o programa da Carteira Verde Amarela tenha sido ineficaz. Segundo a pasta, o governo federal criou o Programa Emprego Verde e Amarelo, por meio da Medida Provisória nº 905/2019, “mas o Congresso Na-

cional não apreciou, e a MP perdeu a validade”, informou, em nota. “A ideia do governo era incentivar a contratação de jovens e inserir pessoas com deficiência e reabilitados”, acrescentou o texto enviado pelo ministério.

“Está complicado”

Os dados do estudo do FGV Social mostram que, além de aumentar em quantidade nos últimos anos, o perfil dos jovens “nem-nem” é composto, em grande parte, por pessoas menos privilegiadas no mercado de trabalho: mulheres, negros, pessoas sem instrução e que habitam nas regiões mais pobres do país: Norte e Nordeste (leia quadro ao lado). Quase 67% dos jovens “nem-nem”, por exemplo, não têm instrução — percentual bem acima dos 56% registrados no fim de 2014. E, mesmo nas capitais, o número de jovens que não trabalham nem estudam cresceu, entre 2014 e 2020, passando de 19,1% para 26,5%. Logo, o aumento da população de jovens “nem-nem”, de acordo com Neri, reflete o comprometimento de uma geração inteira, que deve deixar de contribuir para o crescimento do país.

Essa realidade atinge brasileiros como Fernando Pereira, 24 anos, morador do município de São João dos Patos (MA). Ele reclama das restrições. “Onde eu moro, temos poucas oportunidades, tanto no emprego como nos estudos. Uma das maiores dificuldades na busca de um emprego é a falta de experiência em determinadas áreas. A maioria das empresas não oferece oportunidades”, lamentou.

Apesar dos obstáculos, Pereira tenta demonstrar confiança de que vai conseguir dar a volta por cima. “Estou tentando ser o mais otimista possível. Acredito que venha melhorar, mas confesso que está sendo complicado”, frisou o jovem.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

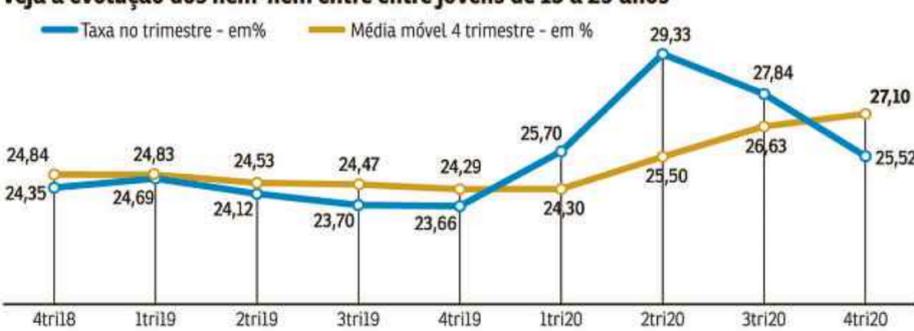


Um flagelo social

Jovens que não estudam nem trabalham, conhecidos como nem-nem, continuam sendo uma parcela elevada da população

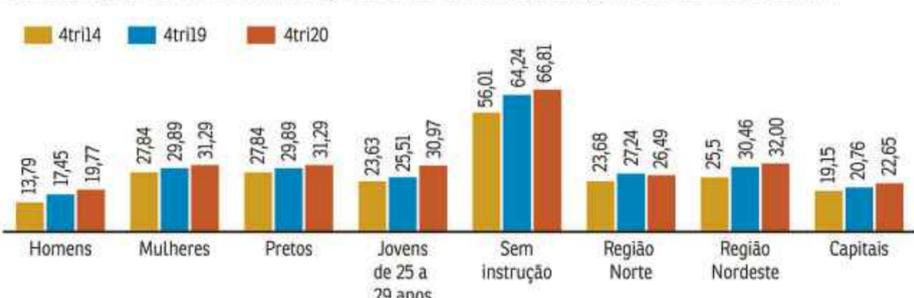


Veja a evolução dos nem-nem entre jovens de 15 a 29 anos



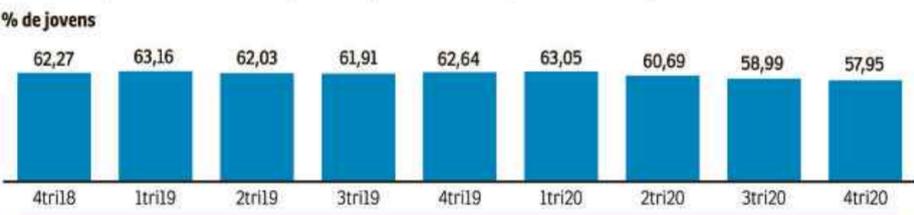
Perfil dos nem-nem

Mulheres, negros, mais velhos e sem instrução são a maioria entre os jovens que não estudam nem trabalham



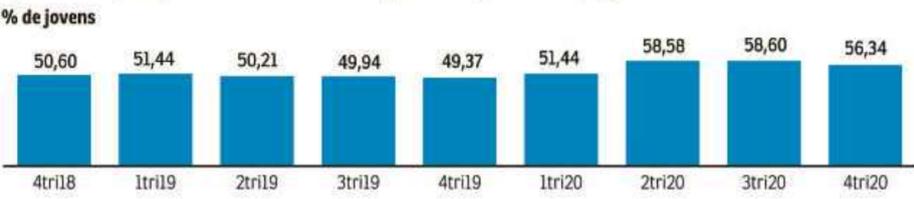
Educação

Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não frequentam a escola apresentaram redução em 2020



Desocupação

Apesar de leve queda, no último trimestre de 2020, patamar de jovens desempregados continua elevado



Fonte: FGV Social com base nos microdados da PnadC Trimestral/IBGE



Raul Velloso

“A aposentadoria integral para os servidores foi criada como um prêmio pela dedicação à causa pública em sua vida funcional. Passou o tempo e ninguém parece ter percebido que esse sistema se mostraria um dia inviável”

Urge ajustar a previdência

Continuarei insistindo no alerta sobre a disparada recente dos déficits financeiros das previdências dos governos estaduais e municipais (hoje próximos de R\$ 100 bilhões anuais), já que esses déficits, juntamente com a regra do teto dos gastos na União, vêm jogando os tão necessários investimentos públicos no chão.

Segundo meu o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e em percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para descontar o efeito da inflação e do próprio crescimento da economia, estes alcançam hoje apenas 1/3 do que eram em 1990. Visualizem em suas mentes a linha desenhada em um gráfico que lembra um morro subindo gradativa e firmemente dos anos 1940 aos anos 1970, oscila dali até o pico em 1990 e, depois, desaba para terminar em 1/3 daquele pico no ano de 2019. Chocante. Dada a sua importância, esse será um dos principais temas do meu fórum de

junho (veja em <https://www.youtube.com/FORUMNACIONALINAE>).

O ponto central é que, lá atrás, a aposentadoria integral para os servidores públicos foi criada como um prêmio automático — no caso mais comum, a marido e sucessora —, pela dedicação do primeiro à causa pública em sua vida funcional. Foi isso que me explicou meu pai, nascido em 1900, para justificar por que aceitara o salário pouco atraente do Telégrafo. Pelo menos, disse-me, a família sobreviveria minimamente até o casal falecer.

Pois bem, passou-se o tempo e ninguém parece ter percebido que esse sistema se mostraria um dia inviável, em que pese a racionalidade expressa individualmente por meu genitor. Ou seja, como uma hora o servidor (incluindo no pagamento sua própria sucessora) teria de ser substituído total ou parcialmente por um novo, os pagamentos, grosso modo, ficariam, no limite e por algum tempo, duplicados, e assim sucessivamente, o que pioraria com a evo-

lução demográfica hoje vigente de todos viverem mais do que antes. Quer dizer: sem mudança, os gastos acabariam subindo mais que as receitas públicas, e os déficits previdenciários explodiriam.

Pasmem, mas somente em 1998, com a Emenda 20 (leia-se: Fernando Henrique Cardoso), introduziu-se na Constituição a exigência de equilibrar a previdência dos servidores, em linhas gerais pelo caminho — não tão óbvio como deveria ser — de constituir um fundo que, dadas as regras de acesso e pagamento de benefícios vigentes, acolheria as contribuições do empregador e dos empregados, além do aporte de ativos reais e financeiros, para, mediante aplicação do dinheiro com retorno, fechar a conta. Cabe lembrar que a Carta de 1988, ao criar o Regime Jurídico Único para os servidores, agravava a situação apenas 10 anos antes, pois, sob ela, os eventuais celetistas virariam estatutários — e tome aposentadoria integral. Já a Emenda 103/19 é a última que mudou regras para ajudar nesse trabalho, mas, grosso modo, só se aplica automaticamente à União.

Deixando-a, contudo, de lado, por ter capacidade de endividamento infinitamente maior que os demais entes, há

hoje um número apreciável deles que já avançou bastante no processo de capitalização, por conter gente mais nova (o que obviamente reduz o custo da transição entre regimes), juntando recursos da ordem de R\$ 200 bilhões para pagar benefícios futuros, ainda que 80% deles estejam aplicados em títulos federais rendendo apenas a relativamente baixa taxa Selic de hoje, cabendo rever essas aplicações. Por outro lado, são muitos, ainda, os casos difíceis a enfrentar e ajustar no grupo subnacional. Combinar a implementação de reformas similares à Emenda 103 com a estruturação dos fundos citados é a tarefa urgente dos entes subnacionais, ainda em atraso nesse mesmo processo.

Já na área federal, hoje só impera o dogmatismo fiscal (ou seja, o mantra de cortar, cortar e cortar), mesmo com a suposta maior influência da área militar no governo, tradicionalmente muito preocupada com investimentos. É de estranhar que ninguém pareça ter chido com o presidente Jair Bolsonaro pelo fato de ele manter extinto o Ministério do Planejamento (que nos idos de 1964-79 era, basicamente, quem cuidava de investimentos), assim como o Ministé-

rio da Previdência, uma verdadeira afronta à importância desses temas nos dias de hoje, relegando o último a parte de uma secretaria especial do próprio Ministério da Economia, onde poucos sabem que ele existe.

Com razão, o ex-presidente Ernesto Geisel, com quem, mesmo sendo júnior à época, tive a honra de conviver no governo, se ouviu esse relato, certamente se mexeria incomodado em seu merecido descanso. Pior ainda, voltando aos dias de hoje, nos ministérios o assunto previdência continua totalmente fragmentado nos respectivos departamentos de pessoal, que só deveriam cuidar do contingente em atividade, ainda que uma portaria de março tenha tentado resolver isso.

Mas onde o descaso pelo que seria correto fazer se mostrou de forma ainda mais dramática foi no ofício, enviado pelo Ministério da Economia à CPI da Covid, onde se alegou que a não destinação de recursos no orçamento, enviado ao Congresso em 31/08/20 para o combate à covid-19 (obviamente incluindo a compra de vacinas), decorreu de o governo ter subestimado a piora da crise sanitária. Só que ali o Brasil já explodia em mortes.